



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA
DA INTERNACIONAL DEMOCRACIA-CRISTÃ**

*Sala dos Suíços do Palácio Apostólico de Castel Gandolfo
Sábado, 22 de Setembro de 2012*

Senhor Presidente

Ilustres Parlamentares Distintas Senhoras e Senhores!

Estou feliz por vos receber, durante os trabalhos da Comissão Executiva da Internacional Democracia-cristã e, antes de tudo, desejo transmitir uma saudação cordial às numerosas Delegações, provenientes de muitas nações do mundo. Saúdo de modo particular o Presidente, Dep. Pier Ferdinando Casini, a quem agradeço as amáveis palavras que me dirigiu em vosso nome. Passou um quinquénio desde o nosso encontro precedente, e neste tempo o compromisso dos cristãos na sociedade não cessou de ser fermento vivo para uma melhoria dos relacionamentos humanos e das condições de vida. Este compromisso não deve retroceder nem hesitar mas, ao contrário, há-de ser assumido com vitalidade renovada, em consideração da persistência e, sob determinados aspectos, do agravamento das problemáticas que estão à nossa frente.

Adquire um relevo crescente a situação económica contemporânea, cujas complexidade e gravidade justamente preocupam, mas diante das quais o cristão é chamado a agir e a manifestar-se com espírito profético, ou seja, capaz de captar nas transformações em curso a incessante e ao mesmo tempo misteriosa presença de Deus na história, assumindo assim com realismo, confiança e esperança as novas responsabilidades emergentes. «A crise obriga-nos a projectar de novo o nosso caminho, a impor-nos regras novas e encontrar novas formas de empenhamento [...] Assim, a crise torna-se *ocasião de discernimento e elaboração de nova planificação*» (Encíclica *Caritas in veritate*, 21).

É nesta chave, confiante e não resignada, que o compromisso civil e político pode receber um estímulo e um impulso renovados na busca de um sólido fundamento ético, cuja ausência no campo económico contribuiu para criar a actual crise financeira global (cf. *Discurso no Westminster Hall, Londres*, 17 de Setembro de 2010). Portanto a contribuição política e institucional, da qual vós sois portadores, não poderá limitar-se a responder às urgências de uma lógica de mercado, mas deverá continuar a considerar como central e imprescindível a busca do bem comum, rectamente entendido, assim como a promoção e a tutela da dignidade inalienável da pessoa humana. Hoje ressoa actual como nunca o ensinamento conciliar, segundo o qual «a ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas, e não o contrário» (*Gaudium et spes*, 26). Uma ordem da pessoa, que «tem por base a verdade, está construída na justiça e é vivificada pelo amor» (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 1.912), e cujo discernimento não pode proceder sem uma atenção constante à Palavra de Deus e ao Magistério da Igreja, de forma particular por parte daqueles que, como vós, inspiram a sua actividade nos princípios e nos valores cristãos.

Infelizmente, são muitas e ruidosas as ofertas de respostas apressadas, superficiais e a curto prazo às necessidades mais fundamentais e profundas da pessoa. Isto faz considerar tristemente actual a admoestação do Apóstolo, quando chama a atenção do discípulo Timóteo, para o dia «em que os homens já não suportarão a sã doutrina da salvação. Desejosos de ouvir novidades, escolherão para si uma multidão de mestres, ao sabor das suas paixões, e hão-de afastar os ouvidos da verdade, aplicando-os às fábulas» (2 Tm 4, 3-4).

Os âmbitos nos quais se exerce este discernimento decisivo são precisamente relativos aos interesses mais vitais e delicados da pessoa, onde se fazem as escolhas fundamentais inerentes ao sentido da vida e à busca da felicidade. Além disso, tais âmbitos não são separados, mas profundamente interligados, subsistindo entre eles um *continuum* evidente, constituído pelo respeito da dignidade transcendente da pessoa humana (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1.929), radicada no seu ser imagem do Criador e fim último de toda a justiça social autenticamente humana. O respeito pela vida em todas as suas fases, desde a concepção até ao seu fim natural — com a consequente rejeição do aborto provocado, da eutanásia e de cada procedimento eugenético — é um compromisso que se entrelaça efectivamente com o do respeito do matrimónio, como união indissolúvel entre um homem e uma mulher e, por sua vez, como fundamento da comunidade de vida familiar. É na família, «fundada sobre o matrimónio e aberta à vida» (*Discurso às Autoridades*, Milão, 2 de Junho de 2012), que a pessoa experimenta a partilha, o respeito e o amor gratuito, recebendo ao mesmo tempo — desde a criança até ao enfermo, ao idoso — a solidariedade que lhe é necessária. E é ainda a família que constitui principal e mais incisivo lugar educativo da pessoa, através dos pais que se põem ao serviço dos filhos para os ajudar a dar («*e-ducere*») o melhor de si mesmos. A família, célula originária da sociedade, é portanto raiz que alimenta não apenas a pessoa individualmente, mas também as próprias bases da convivência social. Por conseguinte, o Beato João Paulo II tinha justamente incluído entre os direitos humanos o «direito a viver numa família unida e num ambiente moral

favorável ao desenvolvimento da própria personalidade» (Encíclica *Centesimus annus*, 47).

Por conseguinte, um progresso autêntico da sociedade humana não poderá prescindir de políticas de tutela e promoção do matrimónio e da comunidade que dele deriva, políticas que não só os Estados mas também a própria Comunidade internacional deverá aplicar, com a finalidade de inverter a tendência de um isolamento crescente do indivíduo, fonte de sofrimento e de aridez, tanto para o indivíduo como para a própria comunidade.

Ilustres Senhoras e Senhores, se é verdade que a defesa e a promoção da dignidade da pessoa humana são «tarefa a que estão rigorosa e responsabilmente obrigados os homens e as mulheres em todas as conjunturas da história» (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 1.929), é igualmente verdade que tal responsabilidade diz respeito de modo particular a quantos são chamados a desempenhar uma função de representação. Especialmente se forem animados pela fé cristã, eles devem ser «capazes de transmitir às gerações vindouras razões de viver e de esperar» (*Gaudium et spes*, 31). Neste sentido, ressoa de modo útil a admoestação do livro da Sabedoria, segundo o qual «aqueles que dominam serão julgados rigorosamente» (*Sb* 6, 5); contudo, não se trata de uma admoestação feita para assustar, mas para estimular e encorajar os governantes, a todos os níveis, a concretizar qualquer possibilidade de bem de que são capazes, em conformidade com a medida e a missão que o Senhor confia a cada um.

Portanto, faço votos a fim de que cada um de vós continue a assumir com entusiasmo e determinação o compromisso pessoal e público, e asseguro a recordação orante para que Deus vos abençoe, bem como aos vossos familiares. Obrigado pela atenção!